



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Polícia Civil do Estado da Bahia

CORREPOL - Assessoria Técnica - PCBA/CORREPOL/ASTEC

NOTA TÉCNICA

DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA

CORREGEDORIA DA POLÍCIA CIVIL

NOTA TÉCNICA N.º 002/2025 – ASTEC/CORREPOL

Assunto: Subsídios para tratativas referentes ao processo de digitalização de inquéritos físicos no âmbito da Polícia Civil do Estado da Bahia

Destinatária:

Dra. Patrícia Barreto Oliveira

Corregedora Chefe da Polícia Civil do Estado da Bahia

Data: 16 de setembro de 2025

INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica tem por finalidade apresentar à Corregedora-Chefe da Polícia Civil do Estado da Bahia um panorama atualizado das ações correcionais desenvolvidas no acompanhamento do processo de digitalização dos inquéritos policiais físicos no âmbito da PCBA. O documento visa subsidiar futuras tratativas institucionais, em especial aquelas junto ao Gabinete do Delegado Geral, ao Ministério Público do Estado da Bahia e demais órgãos de controle.

BREVE HISTÓRICO E ATUAÇÃO CORRECIONAL

Desde agosto de 2024, a Corregedoria da Polícia Civil (CORREPOL), em consonância com o Gabinete do Delegado-Geral (GDG), vem acompanhando e monitorando, junto aos Departamentos da Instituição, os planos de ação para digitalização dos inquéritos físicos ainda existentes nas unidades policiais.

Cumprе destacar que esse processo encontra-se em acompanhamento pelo Ministério Público do Estado da Bahia, especialmente, por intermédio das Promotorias do Controle Externo da Atividade Policial, Defesa Social e Tutela Difusa do Interesse Público.

A atuação correcional se desenvolveu por intermédio da expedição de Ofícios

Circulares, destinados ao DEPIN, DEPOM, DRACO, DENARC, DHPP, DEIC e DPMCV, apresentando orientações e parâmetros para a apresentação dos planos de ação.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2024 foi expedido o Ofício Circular Correpol n.º 017/2024, no bojo do procedimento SEI n.º 012.10096.2024.0074077-95, contendo orientações acerca das primeiras ações necessárias à inserção, digitalização e conclusão dos inquéritos policiais físicos paralisados nas unidades policiais

Na ocasião houve apresentação do Plano de Ação do DEPIN (doc.00097377319), DEIC (doc. 00097732320) e DPMCV (doc.00099514561).

Posteriormente, em setembro de 2024, foi expedido o Ofício Circular Correpol n.º 020/2024, por meio do SEI 012.10096.2024.0081396-20, solicitando a validação das informações apresentadas pelo Instituto de Segurança Pública, Estatística e Pesquisa Criminal – ISPE, bem como a convalidação das informações sintetizadas pela CORREPOL, originando planilhas analíticas e sintéticas de cada departamento.

No referido SEI foram apresentados os planos do DEIC, DEPOM, DHPP, DENARC, DEPIN, DEPOM E DMPCV, nos moldes do modelo padronizado apresentado pelo Escritório de Gestão de Projetos e Processos (EGPP).

Em ação contínua, em novembro de 2024, foi expedido o Ofício Circular n.º 024/2024, no bojo do SEI 012.10096.2024.0102148-20, solicitando a atualização dos planos contendo os dados de produtividade de cada Departamento.

Além disso, foi apresentado o passivo identificado em cada Departamento, com base nas informações anteriormente obtidas:

DEIC: 3.692 inquéritos

DHPP: 9.536 inquéritos

DEPIN: 58.464 inquéritos

DEPOM: 22.052 inquéritos

DPMCV: 5.034 inquéritos

DRACO: 1.385 inquéritos

DENARC: 300 inquéritos

*Dados registrados inicialmente, que sofreram alterações ao longo do processo de identificação.

2.2 RESUMO DOS PRINCIPAIS MARCOS

Ofício **Circular Correpol nº 017/2024** (SEI nº 012.10096.2024.0074077-95) – Diretrizes iniciais sobre inserção e digitalização de inquéritos físicos paralisados.

Planos apresentados: DEPIN, DEIC, DPMCV.

Ofício **Circular Correpol nº 020/2024** (SEI nº 012.10096.2024.0081396-20) – Validação e convalidação de dados junto ao ISPE e CORREPOL.

Planos padronizados: DEIC, DEPOM, DHPP, DENARC, DEPIN, DPMCV.

Ofício **Circular Correpol nº 024/2024** (SEI nº 012.10096.2024.0102148-20) – Atualização dos planos com dados de produtividade e levantamento do passivo:

Ofício **Circular Correpol nº 002/2025** (SEI nº 012.10096.2025.0006463-53) – Atualização dos planos de ação.

Planos atualizados: DHPP, DEPOM e DENARC com registro de finalização da digitalização.

Ofício Circular Correpol nº 011/2025 (SEI nº 012.10096.2025.0026695-55) – Nova atualização dos dados do DHPP.

3. OFÍCIO CIRCULAR EM VIGÊNCIA

Considerando a necessidade do contínuo acompanhamento da atualização dos departamentos no tocante à digitalização dos inquéritos físicos, em junho de 2025, foi expedido o Ofício Circular Correpol n.º 022 / 2025, no bojo do SEI 012.18983.2025.0054652-31, solicitando a atualização das informações referentes à digitalização de inquéritos físicos, abrangendo o período referente **ao início da execução dos planos até a data do circular**.

Cumprе destacar que, naquele último procedimento, foi ressaltada a necessidade de **indicação de dados alcançados individualmente por cada unidade policial** integrante do respectivo departamento. Ressaltando a importância da apropriação, pelos departamentos, dos dados apresentados individualmente pelas unidades para, apenas após, serem apresentados à CORREPOL.

Ademais, foi **estabelecida a diferenciação** entre inquérito físico, inquérito digitalizado e migrado e inquérito efetivamente instaurado no PPE, visando a orientação quanto aos dados necessários para o acompanhamento de todo o processo que envolve a migração dos inquéritos.

As orientações do referido ofício foram apresentadas em reuniões realizadas no âmbito da CORREPOL, com os pontos focais indicados para realização das referidas tratativas.

Nesse sentido, destacam-se os dados apresentados pelo DHPP, com tabela detalhada contendo todos os dados solicitados pela CORREPOL, abrangendo as unidades subordinadas (doc. 00117663168 e 00117728359). A ação do referido departamento no processo de digitalização configura-se como boa prática, a ser considerada como parâmetro de organização para os demais departamentos.

Para melhor compreensão, serão separadas, em tópicos, as atualizações de cada Departamento.

4. APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR DEPARTAMENTOS

Com base nas informações compiladas até o momento, apresenta-se o panorama atualizado, com a ressalva da possibilidade da validação e eventual ajuste de informações com as autoridades responsáveis:

DENARC - SITUAÇÃO ATUAL: DIGITALIZAÇÃO CONCLUÍDA

Situação: Todos os inquéritos físicos digitalizados e migrados, consoante informações apresentadas no SEI 012.10096.2025.0006463-53.

Observação: Necessidade de avançar no critério de análise para permitir o acompanhamento do processo de remessa desses inquéritos que se encontrem com prazo vencido.

DHPP - SITUAÇÃO ATUAL: 4.910 (CAPITAL) E 3.683 (RMS E INTERIOR)

Situação: Relatórios estruturados, com dados atualizados e desagregados por unidade e por categorização de status do processo de migração (doc. 00117728359 e 00117663168).

Ademais, na presente data foram apresentados os Planos Atualizados, com informações de todo o processo de migração, desde o ano de 2024 (doc. 00122930598), com desdobramentos específicos para as unidades da Capital (doc.00122930414) e encaminhamento para a atuação nas unidades da RMS e Interior (doc. 00122930727)

Destaque para as ações realizadas no âmbito da 1ª DH, DHM, 4ª DH Camaçari, DH Barreiras, unidades que **não possuem mais inquéritos físicos**.

Observações: manter o acompanhamento para acompanhar a evolução, com atenção ao quantitativo de inquéritos na RMS e interior.

DRACO - SITUAÇÃO ATUAL: 410 PENDENTES DE DIGITALIZAÇÃO

Situação: Apresentado Plano de Trabalho para Horas Extras, tendo como objetivo a migração dos processos físicos existentes na DECECAP, NECCOT e CECCOR.

No mesmo documento, há o Plano de Migração de Inquéritos Físicos - DECECAP/DRACO, com estabelecimento de meta de digitalização e migração de todo o passivo físico da referida unidade até 15 de novembro de 2025, mediante o emprego de ações no serviço ordinário e no serviço extraordinário (doc. 00121320516).

Além disso, foi apresentado Relatório Consolidado de Informações de Produtividade das Unidades, bem como sua atualização, indicando um passivo atual de 410 (quatrocentos e dez) procedimentos pendentes de digitalização (doc. 00122950645).

DEIC - SITUAÇÃO ATUAL: 2.715 PENDENTES DE DIGITALIZAÇÃO

Situação: Apresentado o Plano de Trabalho de Migração e Regularização de Procedimentos, com previsão de **digitalização integral e efetiva instauração de procedimentos até 30 de outubro de 2025** (doc. 00122914663).

O referido plano conta, ainda, com perspectiva avançada no processo, definindo prazos para remessa dos inquéritos migrados à Justiça, validação e apresentação de relatório final até 30 de dezembro de 2025.

Com base na estatística de inquéritos físicos migrados ao PPE, extrai-se que mais de dois mil procedimentos encontram-se no processo de migração e remessa à Justiça, estando o acervo atual de inquéritos físicos quantificado em 2.715 procedimentos.

Observações: manter o acompanhamento para acompanhar a evolução.

DPMCV - SITUAÇÃO ATUAL - 5.191 INQUÉRITOS PENDENTES DE DIGITALIZAÇÃO

Situação: Apresentado Plano de Ação, individualizando as unidades policiais, delimitando as ações e apresentando prazos para a execução, com variação do prazo consoante quantitativo identificado em cada unidade (doc. 00119539424).

Além disso, foram apresentados os dados referentes ao quantitativo dos procedimentos nas unidades, dividindo-os por boletins de ocorrência, inquéritos Policiais, TCOS, AIAI e BOCS, bem como, indicando o quantitativo digitalizado ao longo do tempo.

Na referida documentação, extrai-se, além dos dados referentes ao progresso da migração, o atual passivo total de procedimentos físicos no DPMCV (doc. 00119539367):

- 5.191 inquéritos físicos não migrados;
- 2.449 boletins migrados, sem procedimento gerado;
- 278 termos circunstanciados de ocorrência.

Observações: manter o acompanhamento para acompanhar a evolução, com atenção ao quantitativo boletins migrados, sem procedimento gerado.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR - DEPIN

Situação: Apresentado Plano de Ação contendo percentual de estágio de migração por Coordenadoria de Polícia do Interior e o objetivo de digitalização de 75% de todo o acervo até 31 de dezembro de 2025 e de 100% do acervo físico até 31 de março de 2026 (doc. 00119175250).

Além disso, foram estabelecidas as orientações para o processo de migração, com a descrição das etapas a serem realizadas e detalhamento do formato de execução, com fixação de dois ciclos operacionais, com consequentes apresentações de relatórios e um possível terceiro ciclo operacional com previsão para início em 2026.

Dentre os dados apresentados, destaca-se a indicação de 100% de migração na 14ª COORPIN e na 18ª COORPIN. Chama a atenção, em sentido oposto, a média de até 25% registrada pelas 6ª, 7ª, 16ª, 19ª e 21ª COORPINS.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA METROPOLITANA - DEPOM

Situação: Durante a execução do Plano de Ação do DEPOM, verificou-se a necessidade de estabelecimento de planos específicos por unidades, notadamente, considerando as diversas requisições ministeriais endereçadas a unidades do referido Departamento.

Em razão disso, após reunião realizada com representação do DEPOM, da CORREPOL, do CEOSP (MPBA) e Promotorias do Controle Externo, foram estabelecidas duas espécies de plano de ação para atuação integrada e efetiva no processo de digitalização.

Nesse sentido, foi estabelecido o Plano de Ação para enfrentamento, "DE OFÍCIO", dos Inquéritos Físicos Represados na 2ª DT - Mata de São João, 8ª DT - VALÉRIA, 12ª DT - ITAPUÃ, 13ª DT - Cajazeiras e 29ª DT - PLATAFORMA, possuindo meta de 100% de digitalização até 30 de setembro de 2025, sem o estabelecimento de escala extraordinária (SEI 012.6629.2025.0047117-92).

Paralelamente, há o Plano de Ação para o enfrentamento dos Inquéritos Físicos Represados na 2ª DT - Liberdade, 3ª DT - Bonfim, 16ª DT - Pituba, 22ª DT - Simões Filho e DT - Mata de São João, com meta de 100% de digitalização até 30 de abril de 2026 (SEI 012.6629.2025.0047065-27).

No referido plano, consignou-se que os inquéritos seriam encaminhados para digitalização no DEPOM, em lotes de 30 (trinta) procedimentos e, após, devolvidos em *pen drive*, para posterior adoção das demais medidas necessárias à conclusão de todo o ciclo de migração.

Em relação à produtividade, referente ao ano de 2024, fora informado pelo referido Departamento que, do total de 22.412 Inquéritos Policiais (passivo físico) constantes na Planilha ISPE, de acordo com as informações das Unidades Operativas vinculadas ao DEPOM, 3.529 foram saneados, migrados para o PPE (janeiro-dezembro de 2024) e 2.820 remetidos para a Justiça (doc. 00110539421).

No ano de 2024, as seguintes unidades foram contempladas com escalas extraordinárias destinadas ao processo de migração do passivo físico: 7ª DT, 12ª DT, 16ª DT, 18ª DT, 27ª DT, 1ª DT, 2ª DT, 3ª DT, 21ª DT, 22ª DT, 25ª DT, 26ª DT, 13ª DT e 4ª DT.

Observa-se a necessidade de atualização dos dados referentes ao quantitativo de procedimentos já digitalizados, migrados e convertidos em inquéritos no PPE.

5. RESUMO DE METAS DE DIGITALIZAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2025

DHPP - SITUAÇÃO ATUAL: 4.910 (CAPITAL) E 3.683 (RMS E INTERIOR):

Quadro-Referência (Plano Estratégico Geral – abril/2024)

Unidade	Meta Parcial (dez/2025)	Meta Final	Prazo
1ª DH	100% digitalização e migração	100%	1º semestre/2025
2ª DH	50% digitalização e migração	100%	1º semestre/2026
3ª DH	50% digitalização e migração	100%	1º semestre/2026
DHM	100% digitalização e migração	100%	1º semestre/2025

*Imagem extraída do Plano de Ação do DHPP (doc. 00122930414).

DRACO - DIGITALIZAÇÃO INTEGRAL ATÉ DEZEMBRO (410 Procedimentos)

MÊS	META DE DIGITALIZAÇÃO	TIPO DE PROCEDIMENTO
SETEMBRO (a partir de 15/09/25)	15+80	Intensificação das digitalizações procedimentos com 01 volume
OUTUBRO	30+140	Priorizar procedimentos Antigos e complexos
NOVEMBRO	24+54	Inquéritos com mais de 05 volumes.
DEZEMBRO	17+50	Inquéritos com mais de 05 volumes – conclusão de digitalização do passivo

*Imagem extraída do Plano de Ação do DRACO (doc. 00122950645)

DEIC - DIGITALIZAÇÃO INTEGRAL ATÉ 30 DE OUTUBRO (2.715 Procedimentos)

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01 Levantamento Inicial	Unidades devem informar: (a) inquéritos físicos não migrados; (b) BOs migrados sem transformação em IPs; (c) IPs migrados não encaminhados à Justiça.	Até 22/09/2025
02 Digitalização e Indexação	Digitalizar e inserir todos os inquéritos físicos pendentes no PPE, conferindo integridade documental.	23/09 a 23/10/2025
03 Transformação dos BOs em IPs	Revisar BOs migrados pendentes, transformando-os em IPs no PPE e registrando em planilha de controle.	23/10 a 30/10/2025
04 Encaminhamento à Justiça	Verificar e regularizar IPs migrados não encaminhados; protocolar via PPE no Judiciário.	01/11 a 20/12/2025
05 Consolidação e Validação Final	Unidades encaminham relatório consolidado ao DEIC; DEIC envia relatório final à CORREPOL.	20/12 a 30/12/2025

*Imagem extraída do Plano de Ação do DEIC (doc. 00122914663)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR - DEPIN - 75% de todo o acervo físico até 31 de dezembro de 2025

PRAZO	AÇÃO /ENCAMINHAMENTO
De 04/08/2025 a 10/10/2025	1º Ciclo Operacional
13/10/2025	Apresentação do Relatório Parcial
13 a 17/10/2025	Análise dos resultados alcançados e apresentação de novo curso de ação (se necessário)
De 20/10/2025 a 30/12/2025	2º Ciclo Operacional
02/01/2026	Apresentação do Relatório Final
05/01/2026	Debriefing Geral
De 05/01/2026 a 30/03/2026	3º Ciclo Operacional (se necessário)
02/04/2026	Apresentação do Relatório Complementar (se necessário)

*Imagem extraída do Plano de Ação do DEPIN (doc. 00119175250)

No tocante ao **DPMCV** foram apresentadas metas por unidades, com prazos e quantitativos variados por unidade, conforme doc. 00119539424.

Em relação ao **DEPOM**, departamento que, atualmente, possui atuação segmentada e acompanhamento ministerial direto, ante a atual demanda de estabelecimento de metas até dezembro de 2025, verifica-se a necessidade de apresentação dos dados nestes moldes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação contínua dos Departamentos e respectivas unidades, bem como o acompanhamento das ações por esta Casa Correcional, tem se mostrado essencial para o avanço do processo de digitalização dos inquéritos físicos, sendo evidenciada a necessidade de apoio institucional e monitoramento contínuo para o desempenho da missão.

A migração do acervo físico de inquéritos policiais para o ambiente digital representa um marco estrutural e estratégico para o aprimoramento da atividade policial no âmbito da Polícia Civil do Estado da Bahia. Este processo não se trata apenas de uma medida administrativa ou tecnológica, mas sim de uma reconfiguração essencial para a elevação da qualidade do serviço prestado à sociedade, especialmente no que se refere à eficiência, transparência e rastreabilidade das investigações.

Ademais, é necessário pontuar que a pressão crescente por parte de órgãos de controle externo — a exemplo do Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio

das Promotorias do Controle Externo da Atividade Policial — tem conferido ao tema uma dimensão de urgência institucional. As requisições ministeriais e a cobrança por saneamento do passivo físico evidenciam que o problema ultrapassa o campo interno da Administração Policial, impactando diretamente na credibilidade da Instituição e na legitimidade do exercício de sua missão constitucional.

Nesse cenário, torna-se imperativo que os Departamentos Policiais, com o apoio e acompanhamento desta Casa de Disciplina, promovam o encaminhamento regular e compilado das informações coletadas pelas unidades subordinadas. Isso porque, a compilação qualificada das informações — com identificação de gargalos, avaliação do progresso e mensuração de resultados — é ferramenta imprescindível para a tomada de decisões técnicas e políticas, bem como para a otimização de recursos humanos e materiais.

A análise das informações apresentadas evidencia avanços concretos, todavia, a disparidade entre as formas de avanço, diante da peculiaridade de situação de cada departamento, demonstra que o desafio é, também, de natureza estratégica e gerencial, exigindo uma atuação coordenada, com foco na padronização de boas práticas e no direcionamento de apoio institucional às unidades com maior passivo ou menor capacidade de execução.

Neste diapasão, respeitosamente, sugestiona-se a possibilidade de avanço em contratações específicas para apoio, ao menos, na fase inicial do processo de migração – digitalização – ou, ainda, busca por parcerias interinstitucionais com o Ministério Público e o Poder Judiciário, para otimizar a execução, notadamente, nos Departamentos com maior volume de procedimentos.

Por fim, é imprescindível ressaltar que a missão institucional da Polícia Civil exige um acervo atualizado, seguro e digitalizado — não como um fim em si mesmo, mas como meio necessário para garantir a efetividade da investigação criminal, a confiança da população e a conformidade com os preceitos legais e constitucionais.

À superior apreciação.



BÁRBARA DA SILVA RIBEIRO

Delegada de Polícia
Matrícula 921.178.08
ASTEC/CORREPOL



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Da Silva Ribeiro, Delegada de Polícia**, em 17/09/2025, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00123016072** e o código CRC **721E57AB**.

Referência: Processo nº 012.10096.2025.0081709-94

SEI nº 00123016072